

A Atibaia e Bragança, assim como a outras villas do interior da Capitania, coube o fornecimento freqüente de homens e víveres, tanto para as campanhas militares no sul, como para as expedições de exploração do oeste.

Entretanto, em 1777, portanto já sob o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, a villa de Atibaia viu-se isenta da obrigatoriedade de contribuir com voluntários para as tropas destinadas ao sul, ao mesmo tempo que recrudesciam os pedidos para fornecimento de gêneros, demonstrando claramente uma relação entre uma e outra ordem.

A lavoura estava por demais prejudicada em toda a Capitania e agora cabia à região bragantina, por excelência, a produção de gêneros alimentícios. Ressalte-se que a proximidade da Capital ainda mais facilitava esta atribuição.

Mas, foi notadamente a partir de 1797, quando se deu a elevação da antiga Freguesia de Jaguarí à Villa de Bragança, que se efetivou o desenvolvimento da região. Nota a A., e o comprova com expressivos dados numéricos, que "o crescimento de Bragança é algo surpreendente dentro de sua condição regional" (p. 131). Nazaré e Atibaia, ainda que progressistas, o foram em ritmo mais lento. Novas estradas e melhores condições para as "tropas", que faziam o transporte de mercadorias, vieram, nos inícios do século XIX, facilitar ainda mais o comércio com a cidade de São Paulo.

Mostrando, através de inúmeros quadros demonstrativos, a evolução da propriedade rural e do comércio sempre crescente, chega a A. à configuração da urbanização e da sociedade da região, decorrentes daqueles fatores.

Assim, a análise das condições físicas, econômicas e sociais permitiram a Beatriz Cerqueira Leite traçar a evolução da região bragantina, vale dizer, Atibaia, Nazaré e Bragança, através de dois séculos. Possibilitou-lhe, outrossim, concluir que a região não perdeu a sua identidade física e cultural, não obstante seu crescimento em ritmo lento: firmou-se, solidamente, desde o início, como zona produtora de "cultura de mantimento", visando, principalmente, o abastecimento da Capital. — HELOISA LIBERALLI BELLOTTO

NOGUEIRA, Arlinda Rocha & HUTTER, Lucy Maffei — *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889)*. Porto Alegre, Editora Garatuja/Instituto Estadual do Livro, 1975, 162 p. (Biênio da Colonização e Imigração, 4).

A obra em apreço constitui, sem dúvida, uma importante contribuição para a História da Imigração e Colonização do Rio Grande do Sul, tema de grande interesse, ainda carente de estudos especializados de profundidade. Pelo seu grande mérito, a obra foi agraciada com o primeiro prêmio no Concurso de Monografias sobre a Imigração em geral no Certame de Letras "Biênio da Colonização e Imigração", promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

As datas que servem de baliza para o período focalizado correspondem à instalação do primeiro núcleo colonial da Província gaúcha — São Leopoldo, em 1824 — até o término do regime imperial, quando o processo de colonização passa à responsabilidade dos Estados.

Destacam-se como principais fontes de consulta os seguintes Relatórios: dos Presidentes e dos Vice-Presidentes da Província gaúcha, dos Agentes Intérpretes da Colonização, da Repartição da Colonização e da Administração Central das Colônias, assim como as Falas Presidenciais e outros documentos. As pesquisadoras

se apóiam ainda na bibliografia especializada, tendo lugar de destaque a *Revista de Imigração e Colonização*, do Rio de Janeiro e o *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, de São Paulo.

As AA. mostram inicialmente a preocupação dos Presidentes provinciais em promover o povoamento da província através da introdução de colonos europeus que também constituíam importante força de trabalho destinada a substituir a mão-de-obra escrava em extinção.

A problemática de recrutamento, transporte, recepção e redistribuição dos colonos é amplamente focalizada, assim como a instalação dos núcleos coloniais, sua organização administrativa, suas bases econômicas, sua vida de relações.

Nesse particular as dificuldades encontradas pelos colonos eram enormes, principalmente face à posição geográfica dos núcleos que se encontravam, na sua maior parte, localizados em áreas serranas florestadas, marginalizados em relação aos eixos de circulação então existentes. Não raro as únicas vias de circulação de que dispunham eram constituídas de canais fluviais.

Evidentemente, o isolamento dos núcleos acarretava inúmeros problemas não só no plano econômico mas também concernentes à assistência médica, educacional e religiosa. Ainda vinculado ao isolamento, o problema de adaptação dos colonos, sua dificuldade de assimilação e completa integração à comunidade brasileira. — ADYR APPARECIDA BALASTRERI RODRIGUES

PIERSON, Donald — *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. Introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park. 2ª ed. São Paulo, 1971, Companhia Editora Nacional. (Brasiliana, v. 241).

Como Assistente de Pesquisa do Social Science Research Comitee da Universidade de Chicago, Donald Pierson, com rígida formação metodológica, discípulo de Robert E. Park, teve a oportunidade de vir ao Brasil, mais especialmente à Bahia, onde estudou, *in loco*, problemas de contacto racial, durante 22 meses, ou seja, entre 1935 e 1937. Publica sua pesquisa, pela primeira vez em inglês, sob o título *Negroes in Brazil: a study of Race Contact at Bahia*, pela University of Chicago Press em 1942. A obra é reeditada pela Southern Illinois University Press em 1967, com Prefácio e Apêndice sobre método, escritos pelo autor e introdução de Arthur Ramos, preparados especialmente para a primeira edição brasileira, e uma nova introdução pelo autor, escrita para esta edição. Este trabalho é considerado pioneiro do ponto de vista da investigação do negro, principalmente pelo tratamento que o autor dá à sua pesquisa. Pela primeira vez no Brasil, alguém tenta analisar com objetividade científica a "situação racial" baiana. Nota-se desde o Projeto de Pesquisa, publicado em Apêndice, na obra em apreço, que Pierson, além de se ater às linhas do método científico em pesquisa social, ainda insiste na introdução que "a análise nele contida não deve ser facilmente generalizada para todo o Brasil", uma vez que se refere à Bahia.

Em 1939 é convidado para colaborar no desenvolvimento de uma escola pioneira em Ciências Sociais, em São Paulo, aí permanecendo quase dezesseis anos. Segundo ele, nesta época, havia pouco interesse pela "situação racial" no Brasil tanto nos círculos educacionais quanto também em outros setores. Por volta de 1951, entretanto, o interesse pelo assunto tinha se desenvolvido em alto grau em certos círculos intelectuais, tornando possíveis os estudos da UNESCO em vários pontos do País. Se entre a primeira e segunda edição desta obra temos um espaço de trinta anos, Pierson pergunta à página 29: "Até onde seria exata a identificação da 'situação racial' na Bahia? Ter-se-ia esta situação modificado no intervalo